

economia



Visão
Empresarial

Tiago Dinon Carpenedo

Vice-presidente do IEE

Liberdade para perder

Nas últimas semanas, as cifras das bets vieram a público e chocaram boa parte da sociedade, devido ao valor financeiro altíssimo e à proporção da população que realiza apostas esportivas. O estopim da polêmica foi um estudo do Banco Central que estima que, dos R\$ 14 bilhões distribuídos em agosto de 2024 aos beneficiários do Bolsa Família, R\$ 3 bilhões (cerca de 20%) tenham sido enviados para as bets. Brotaram ideias para restringir o uso do valor para apostas, como proibir o uso do cartão do benefício nessas plataformas.

Não sou beneficiário do Bolsa Família nem apostador contumaz de bets - muito menos favorecido por elas. Minha experiência se limita a algumas apostas recreativas esparsas, em valor inferior ao de um pão de queijo.

Acredito firmemente que as apostas online não permitem ganhos financeiros de longo prazo para 99% dos participantes. Ao contrário, tendem a destruir as finanças daqueles que apostam alto e tratam isso como uma profissão. No entanto, perder é tão natural em uma economia livre quanto ganhar dinheiro. E aí se incluem os equívocos que as pessoas cometem com os seus recursos, mesmo que pareçam ter sido feitas de trouxas.

A base de nações desenvolvidas e prósperas é a liberdade econômica. E a base da liberdade econômica é o livre-arbítrio. No exato momento em que o governo envia o recurso dos seus cofres para o beneficiário do Bolsa Família, esse dinheiro troca de propriedade: deixa de ser do Estado e passa a ser do cidadão; deixa de ser alvo de política pública e passa a ser de orçamento doméstico. Seu desenho como programa social é justamente a transferência de renda diretamente para as famílias, permitindo que usem como lhes convier.

Nesse debate, o contexto institucional do país é fundamental: estamos nos consolidando como um Estado-babá, no qual os cidadãos são vistos como frágeis e infantis e, por isso, devem ser tutelados pelo governo.

Legisladores acreditam ser papel do ente público regular se um saleiro deve ou não ficar disponível na mesa de um restaurante, pois o cliente não teria discernimento para usá-lo. A Suprema Corte intervém na liberdade de expressão de criadores de conteúdo, pois a audiência não teria condições de discernir entre boas e más opiniões.

Historicamente, os governantes adoram tomar para si graus de liberdade que antes eram devidos ao próprio indivíduo, pois garantem maior poder sobre a vida da população. Nesse ritmo, seria distópico imaginar o Estado regulando a fração do seu orçamento que pode ser gasta em bebidas alcoólicas, o máximo de gorduras saturadas que pode ingerir por dia ou seu tempo máximo semanal para utilizar redes sociais?

Há muitas questões a serem abordadas pelo Estado sobre as bets, como tributação isonômica e prevenção a crimes financeiros. Como em relação a qualquer setor que cresce abruptamente, o Estado enfrenta dificuldade de compreender o fenômeno.

Mas, por mais ilógico que possa parecer alguém com poucas condições utilizar seu pouco dinheiro em apostas online, a melhor saída não é a proibição, e, sim, educação.

Enquanto isso, o presidente Lula reitera que o objetivo de seu governo é “colocar o pobre no orçamento”. Parece mais que quer “colocar os dedos no orçamento do pobre”.

Acredito firmemente que as apostas online não permitem ganhos financeiros de longo prazo para 99% dos participantes

Governo descarta adoção do horário de verão em 2024

Medidas deverão garantir níveis satisfatórios dos reservatórios no País

/ ENERGIA

Após ter sido recomendado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) a retomar o horário de verão em meio ao cenário de estiagem no País, o governo anunciou ontem que a medida não será adotada em 2024. O ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia), que vinha se mostrando resistente à medida, afirmou que apesar de o Brasil ter vivenciado a maior seca de sua história, medidas tomadas durante o ano fizeram com que os reservatórios chegassem a índices que dão tranquilidade.

“Chegamos à conclusão que não há necessidade de decretação para esse período, para este verão”, afirmou. Segundo ele, a adoção do horário especial para o ano que vem será avaliada somente em 2025.

O ONS havia recomendado a medida baseado nas indicações de que, no cenário atual, o horário de verão contribuiria para a maior eficiência do SIN (Sistema Interligado Nacional) em especial entre 18h e 20h -quando a geração solar cessa e a demanda por energia aumenta.

De acordo com o relatório do ONS, a aplicação do horário de verão poderia trazer uma redução de até 2,9% da demanda máxima, o que diminuiria a necessidade de geração termelétrica e traria uma economia no custo da operação próxima a R\$ 400 milhões entre os meses de outubro e fevereiro.

A medida gera controvérsia entre os setores da economia. Empresas de comércio, turismo e lazer têm maior ganho potencial, já que a luz natural ao fim do expediente eleva a expectativa de movimento em bares, restaurantes e



THAYNÁ WEISSBACH/JC

Decisão divide opiniões no Brasil, segundo pesquisa recente do setor

atividades ao ar livre. Por outro lado, setores como transporte aéreo e indústria enfrentam desafios para se ajustar.

Um dos setores mais resistentes à alteração nos relógios era justamente o de aviação. A Abear (Associação Brasileira das Empresas Aéreas) afirma que os bilhetes são vendidos com quase um ano de antecedência e que há necessidade de um prazo de seis meses para ajustes de horários e conexões.

Na semana passada, a associação comemorou a indicação de Silveira de que a medida poderia ser evitada neste ano. “A sinalização do ministro está em linha com o princípio da previsibilidade, fundamental para assegurar a conectividade do país sem transtornos para a sociedade”, afirmou a entidade.

Luiz Eduardo Barata, presidente da Frente Nacional dos Consumidores de Energia e ex-diretor-geral do ONS, afirmou em artigo recente que o horário de verão traria economia e menos emissões de gases de efeito estufa

devido ao menor acionamento de termelétricas. “Vivemos no País da energia barata e abundante, porém da conta de luz cara. Devemos mesmo renunciar ao uso de ferramentas que promovem eficiência energética? Acredito que não”, disse.

Já Luiz Carlos Ciochi, consultor e também ex-diretor-geral do ONS, afirmou em artigo que, a adoção do horário de verão não parece necessária e que suas economias não soam relevantes para a economia como um todo. “Mais importante seria realizar uma revisão estrutural da matriz elétrica e dos processos de planejamento e operação, levando em conta essa nova ‘arquitetura’ do setor elétrico brasileiro”, afirmou.

O horário de verão também tradicionalmente divide a população, mas o apoio à mudança no relógio nunca foi tão baixa na série do Datafolha, que começa em 2017. Pela mais recente pesquisa, divulgada nesta semana, 47% declararam ser favoráveis e 47% contrários a ele, enquanto uma parcela de 6% se diz indiferente.

Última vigência do horário especial foi em 2018/2019

O horário de verão foi adotado pela primeira vez no Brasil em 1931. A “hora da economia de luz”, como era chamada, foi estabelecida por decreto do então presidente Getúlio Vargas.

O horário especial foi sendo adotado esporadicamente até 1967. Só 18 anos mais tarde, porém, a hora a mais no verão foi implementada em definitivo.

Em 1988, o decreto deixou de

incluir os estados do Acre, Amapá, Pará, Roraima e Rondônia, que ficam muito próximos da linha do Equador e, como consequência, a duração de seus dias e noites não tem grandes mudanças a depender da estação.

O horário de verão permaneceu, desde então, com pequenas variações nas datas de início e término e nos estados que o adotaram. Ele foi imple-

mentado em definitivo pelo decreto 6.558, de 2008, durante o segundo mandato de Lula como presidente.

Em 2019, foi novamente abolido por meio de decreto do então presidente Jair Bolsonaro. Sua justificativa, confirmada por alguns estudos, foi a mudança no padrão de consumo de energia no País, com picos também durante o dia.